

Brasil e EUA vão rediscutir a dívida externa

Ministro João Sayad mostrará o plano de ajuste interno da economia que tem regras do FMI

Um novo contato Brasil-Estados Unidos, a nível de Governo, sobre a moratória brasileira e a renegociação da dívida externa reunirá, no próximo dia 20, em Miami, o ministro do Planejamento, João Sayad, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o secretário do Tesouro americano, James Baker III. O ensejo é a reunião anual da assembléia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), durante a qual será aprovado o programa de investimentos da instituição para os próximos quatro anos.

Embora a responsabilidade de conduzir a negociação da dívida externa seja do ministro da Fazenda, Dilon Funaro, o do Planejamento aproveitará a oportunidade para uma discussão mais profunda e menos atribulada com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos sobre as motivações do Brasil ao decretar a moratória e a cooperação que o governo americano pode oferecer no sentido de encaminhar uma conversa satisfatória com os bancos privados credores.

PLANO SAYAD

Baker, que no encontro com Funaro, no início da semana, em Washington, reclamou do governo brasileiro a apresentação de um programa de ajuste econômico coerente e confiável, poderá ouvir uma explanação de Sayad sobre sua proposta de ajuste interno apresentada ao presidente Sarney no dia 20 do mês passado e que, coincidentemente ou não, contempla algumas regras usualmente prescritas nos programas de ajuste recomendados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI.

Sayad propõe em seu plano, uma redução da atividade econômica, de tal forma que o PIB deste ano caia pelo menos a metade, em relação aos 8% regis-

trados o ano passado. Sugere uma sensível redução nos dispêndios públicos através de medidas como o aumento da produtividade das estatais via racionalização administrativa saneamento financeiro e recomposição tarifária e eliminação dos subsídios e propõe uma política salarial que interrompa a disputa entre preços e salários.

O ministro, contudo, não espera sensibilizar o secretário do Tesouro, pois o entendimento no governo é de que a posição de Washington tem componentes políticos específicos, relacionados com o contencioso comercial envolvendo os dois países, do qual a maior expressão, no momento, é a legislação brasileira que assegura reserva de mercado para a indústria nacional de informática.

O PAPEL DO BID

A presença marcante do secretário do Tesouro americano na reunião de governadores do BID — os Estados Unidos são, de longe, os maiores supridores de recursos para a instituição regional de fomento — poderá influenciar a posição do Banco em relação à moratória brasileira, embora não se deva esperar do presidente Ortiz Mena o mesmo comportamento do presidente do Banco Mundial, Barber Conable, mais ajustado à orientação emanada da Secretaria do Tesouro.

Nota-se, contudo, entre os técnicos brasileiros que estão preparando as propostas que o Brasil defenderá em Miami, a expectativa de um confronto com a delegação americana em pelo menos dois pontos essenciais: o orçamento do banco para o próximo quadriênio e o poder decisório dos países-membros, quando se trata de decidir sobre a aprovação de projetos.

No primeiro caso, o Brasil vem defendendo uma ampliação do orçamento quadrienal do banco de US\$

13,0 bilhões para US\$ 25,0 bilhões, enquanto os Estados Unidos, como maiores contribuintes, querem somente US\$ 20,0 bilhões, embora concordem em acrescentar a este valor o resíduo de US\$ 3,0 bilhões relativos ao quadriênio anterior, não utilizados.

A disputa em torno desses US\$ 2,0 bilhões tem significado importante: se o novo teto de aplicações em 1988/1991 for de Cz\$ 25,0 bilhões, o Brasil poderá reivindicar uma cota anual de financiamentos da ordem de US\$ 1,0 bilhão, mais de três vezes os US\$ 300,0 milhões, em média, recebidos no último quadriênio. A equipe governamental parece tão confiante na vitória da proposta dos US\$ 25,0 bilhões que já preparou um pacote de projetos que requererão financiamentos de US\$ 1,5 bilhão.

A questão do poder decisório também interessa de perto ao Brasil: atualmente, um projeto só pode ser rejeitado no BID por maioria simples de votos, ou seja, 50% mais um, mas os Estados Unidos que juntamente com o Canadá detêm 38,5% dos votos, defendem uma redução desse quorum para 35%, para permitir que eles eo Canadá tenham um poder de veto. O Brasil apóia a proposta de reduzir o quorum para 40%, para obrigar os americanos e os canadenses a se associarem a outros países-membros, se desejarem vetar um projeto.

Vencidos esses dois obstáculos, o que espera alcançar com o apoio maciço dos latino-americanos, o Brasil admite obter, nos próximos quatro anos, pelo menos US\$ 4,0 bilhões líquidos do BID, os quais, somados com os US\$ 8,0 bilhões líquidos oriundos do Banco Mundial, resultarão num fluxo líquido de US\$ 12,0 bilhões, a serem obrigatoriamente aplicados em projetos de infra-estrutura econômica e social do País.